

AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Aprovado pelos representantes do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas no Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, em 25 de agosto de 2022 em Foz do Iguaçu/PR.

1. Objetivo

O presente documento tem por objetivo fornecer subsídios para o fortalecimento e a implementação da política e da gestão integrada de recursos hídricos, fundamentais para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Estado de São Paulo.

2. Momento atual: água como fator de desenvolvimento

Os recursos hídricos e os serviços associados ao seu uso sustentam os esforços de direito humano à água, crescimento econômico, sustentabilidade ambiental, segurança alimentar e energética, sendo fundamentais para a erradicação da pobreza em face às desigualdades existentes em acesso, disponibilidade e qualidade desse bem público.

A água, enquanto recurso natural, deve ser utilizada de forma justa e coerente, com equilíbrio entre disponibilidade e demanda, de modo a evitar conflitos por seu uso. Suas características de bem jurídico, econômico e social, associadas à sua natureza de recurso natural limitado, de domínio público e dotado de valor econômico, requerem uma gestão eficiente e adequada, capaz de enfrentar e reduzir riscos e ocorrências de eventos extremos, tais como secas, inundações, enxurradas, entre outros.

A vulnerabilidade dos principais mananciais regionais do Estado de São Paulo, evidenciada na crise hídrica de 2014-2015 e nos últimos dois anos, evidenciou os riscos existentes para a garantia de oferta de água, em quantidade e qualidade, para o pleno atendimento da população e dos setores produtivos. A insegurança hídrica pode conduzir à deterioração da saúde pública e à estagnação do desenvolvimento econômico do Estado.

Para que sejam evitadas novas crises de abastecimento, faz-se necessária uma gestão da água desenvolvida a partir de uma visão integrada, que busque avaliar as soluções tecnológicas, econômicas e ecológicas disponíveis, a fim de compatibilizar a disponibilidade da água com suas respectivas demandas.

Deve-se promover a integração das políticas públicas governamentais envolvidas, direta e indiretamente, na exploração das reservas hídricas, estabelecendo ações planejadas e executadas em conjunto, decorrentes de processos criteriosos de planejamento do uso e da conservação dos mananciais, bem como na gestão da demanda e redução de desperdícios.

Em suma, o incremento da segurança hídrica é garantia de desenvolvimento. Para tanto, é preciso a consolidação e o aprimoramento dos processos de governança dos recursos hídricos.

3. Contextualização

A Política Estadual de Recursos Hídricos, aprovada pela Lei Estadual nº 7.663/1991, constitui o elemento central do arcabouço normativo que orienta a gestão dos recursos hídricos no Estado de São Paulo.

Instituiu os princípios da participação, integração e descentralização como norteadores da gestão de águas paulista. Estabeleceu a cobrança pelo uso da água, a outorga de direito de uso, o plano estadual e os planos de bacia hidrográfica e a atuação fiscalizadora do Estado, como instrumentos que, implementados, deverão garantir água em qualidade e quantidade para as atuais e futuras gerações. Criou instâncias participativas – os comitês de bacias hidrográficas e o conselho estadual de recursos hídricos – para figurarem como espaços para o planejamento e a gestão de conflitos, bem como para decidirem sobre a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO).

Durante os 30 anos que se sucederam à sua criação, houve avanços significativos. Implantaram-se os comitês de bacias. Operacionalizou-se a distribuição de recursos do FEHIDRO. Iniciou-se a cobrança pelo uso da água em praticamente todo o Estado. Consolidou-se o instrumento da outorga de direito de uso e a formalização do acesso à água. Organizaram-se redes de monitoramento da qualidade e da quantidade dos corpos hídricos. Estruturou-se o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH).

Nos mesmos 30 anos, contudo, desafios se acumularam no caminho: as dificuldades para o aperfeiçoamento de instituições e pessoas; a coesão entre os entes do sistema; a valorização e a atração, nos espaços participativos, dos principais atores envolvidos no uso e conservação dos recursos hídricos; e a incorporação de avanços tecnológicos e capacidade gerencial para lidar com os eventos extremos.

O Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas, nesse contexto, promoveu discussões para identificar ações estratégicas e apresentá-las à gestão do Executivo paulista de 2023-2026 como sugestões que possibilitam a maximização de conquistas e o enfrentamento dos desafios hoje presentes apresentadas para a implementação efetiva da Política Estadual de Recursos Hídricos e para o SIGRH.

4. Ações estratégicas propostas

4.1. Gestão

- Reformular e modernizar a estrutura das instituições estaduais responsáveis pelo gerenciamento do uso da água, dos colegiados e das agências de bacias hidrográficas, integrando funções de planejamento, monitoramento e controle, com diretriz voltada à mitigação e à adaptação da crise climática, aumentando a transparência e o fluxo de informações para a sociedade;
- Fortalecer a atuação das instâncias colegiadas (Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH e Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs) por meio da capacitação permanente de seus membros, da identificação e atração de atores relevantes e da garantia de efetivação das suas decisões;
- Valorizar o capital humano do SIGRH, promovendo o desenvolvimento de recursos humanos das instituições públicas responsáveis pela gestão dos recursos hídricos, por meio de incentivos à atração e retenção de talentos, do aprimoramento profissional e da realização de concursos públicos para recomposição da capacidade de atuação;
- Estabelecer cooperação técnica e institucional entre os órgãos gestores de recursos

hídricos (Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB), as Agências de Bacias Hidrográficas e outros entes do SIGRH, visando fortalecer a implementação e a eficácia dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, com atuação integrada e incorporação de novas tecnologias;

- Revisar e aperfeiçoar o atual modelo de Agência de Bacia Hidrográfica, garantindo as condições para o cumprimento de suas atribuições legais e o efetivo suporte ao funcionamento dos CBHs paulistas.

4.2. Planejamento

- Promover a integração da Política Estadual de Recursos Hídricos com as políticas públicas correlatas (Saneamento Básico, Mudanças Climáticas, Energia, Agronegócio, Desenvolvimento Econômico, Uso e Ocupação de Solo, entre outras), visando o planejamento integrado nas bacias hidrográficas;
- Definir estratégias para incorporar, no planejamento e ações dos órgãos colegiados e centrais do SIGRH, o tema “mudanças climáticas”, com vistas à proposição de medidas e instrumentos de adaptação, mitigação e contingência, com foco no desenvolvimento regional e na proteção de populações vulneráveis;
- Integrar as políticas e planos estaduais de recursos hídricos e de saneamento básico, prevendo a utilização de metas e indicadores em comum, relacionados à melhoria da qualidade das águas e da eficiência dos seus usos;

4.3. Financiamento

- Reestruturar o processo de gestão do FEHIDRO, ampliando agilidade, eficácia e transparência;
- Desenvolver indicadores voltados a demonstrar a eficácia dos investimentos do FEHIDRO e os resultados alcançados.

4.4. Comunicação e articulação

- Estruturar plano de comunicação, incluindo campanhas que evidenciem o valor e a importância da água, como se dá sua gestão para o cotidiano da população paulista, bem como demonstrem a importância da água no desenvolvimento sustentável;
- Promover ações em apoio à mobilização de Prefeitos e Deputados para fortalecer sua participação nas discussões e decisões no âmbito do SIGRH;
- Criar espaço institucional voltado à integração das políticas setoriais relacionadas à gestão das águas, com a participação das Secretarias de Estado;
- Adotar linguagem clara, apropriada e acessível a todos e a promoção da educomunicação como estratégias de comunicação para a sociedade.